

exercício de 2015 – restou deliberado por unanimidade que serão formalizados os contratos de rateio para o exercício de 2015 para a Gestão de Cultura do CIMVI, cujo orçamento fora aprovado na 18ª Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 10 de julho de 2014. Assim, fica estabelecido o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por município (Apiúna, Acurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó). O valor será adimplido em uma parcela para o mês de outubro de R\$ 1.666,00 (um mil e seiscentos e sessenta e seis reais) e duas parcelas, para os meses de novembro e dezembro, no valor de R\$ 1.667,00 (um mil e seiscentos e sessenta e sete reais) cada. c) Extensão de rede elétrica da Rua Tupiniquim – apresentou-se à Assembleia os projetos para extensão da rede elétrica da Rua Tupiniquim, os quais já se encontram aprovados junto às Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC. Por se tratar de rua pública, os projetos foram entregues ao Gerente

Regional da CELESC, a fim de que seja verificado a possibilidade de custeio da execução dos projetos pela Companhia. O gerente comprometeu-se em, tão logo, informar a posição da Companhia. d) Instituição e Regulamentação do Conselho Intermunicipal de Cultura e Turismo do CIMVI – informou-se à Assembleia que está sendo providenciada a instituição e regulamentação do Conselho Intermunicipal de Cultura e Turismo do CIMVI, do qual será baixada resolução e providenciada sua publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Sergio Almir dos Santos  
Presidente

Patricia Barbaresco  
Agente Administrativo

## CIS NORDESTE

### EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 18/2015

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 18/2015

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 33/2015

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: MICROMED INFORMÁTICA LTDA (CNPJ 86.858.131/0001-20)

Objeto: Fornecimento pela CONTRATADA de licença de uso do produto WEKNOW, conforme especificações constantes no Anexo A do contrato, incluso serviços de instalação, treinamento, atualização e suporte técnico, consultoria, relação de cenários.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 23, § 8º, ambos da

Lei nº 8.666/93.

Valor Global do Contrato: R\$ 5.375,00 (cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência: 01/08/2015 a 31/12/2015

Data do Contrato: 01 de agosto de 2015.

José Chaves  
Prefeito Municipal de Garuva  
Presidente do CISNORDESTE/  
SC  
CONTRATANTE

VILMAR ALCIDES BURGUESAN  
CONTRATADA

## CISAMA

### ATA ASSEMBLÉIA CISAMA 29 09 2015

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE - CISAMA – LAGES - 29 DE SETEMBRO DE 2015.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e quinze, com início às nove e trinta horas, nas dependências da Associação dos Municípios da Região Serrana - AMURES, sito à rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Lages/SC, reuniram-se os prefeitos e vice-prefeitos abaixo relacionados, para tratarem da seguinte pauta: 1) Leitura, discussão e aprovação da ata anterior; 2) Desenvolver Serra Catarinense: discussão e encaminhamentos quanto a coordenação do programa; 3) Resíduos Sólidos: a) Minuta do projeto de lei que institui a política municipal de resíduos sólidos; b) Solicitação de doação do veículo do PIGIRS para UDESC; c) Situação dos projetos para captação de recursos para ações do Plano; 4) Turismo: situação do Projeto de Infraestrutura Turística na Orla de Barra Grande; 5) Regularização de Cascalheiras: contratação de serviços de engenharia de minas; 6) Assistência Social: atuação do CISAMA em serviço sócio assistencial de alta complexidade nos demais municípios consorciados; 7) Infraestrutura: aprovação da proposta para aquisição de distribuidores de calcário; 8) Termo de Cooperação com Ministério Público no Programa Saúde Fiscal: discussão e encaminhamentos; 9) Orçamento anual do CISAMA para 2016 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária; 10) Assuntos Gerais. O Presidente do CISAMA, Edilson José de Souza, constatando a existência de quórum mínimo com a presença de prefeitos e/ou vice-prefeitos, deu início à Assembleia Geral Ordinária. Ato contínuo, solicitou ao Diretor Executivo Selênio Sartori que fizesse a leitura da ata da assembleia anterior, que foi aprovada por

unanimidade dos presentes. No segundo ponto de pauta sobre o Programa Desenvolver Serra Catarinense: discussão e encaminhamentos quanto a coordenação do programa, o Diretor iniciou colocando que trata-se de uma questão delicada com a qual se depa-rou pela primeira vez na vida profissional, que foi a situação de aposentadoria da Médica Veterinária coordenadora do Programa – Lúcia Padilha de Arruda Ide. Colocou que estar aposentada não significa que não possa continuar exercendo o cargo e a função, inclusive esta possibilidade está amparada em lei. O que necessário se faz é o afastamento (exoneração) até a homologação pelo Tribunal de Contas, podendo ser reintegrado. Segundo a contadora, este processo pode demorar até noventa dias no tribunal de contas. A médica veterinária Lúcia encaminhou a solicitação de aposentadoria e questionou se o seu afastamento seria temporário, se estaria aberta a possibilidade de mantermos o programa com outro profissional do Serviço de Inspeção Municipal temporariamente até seu retorno. O Diretor encaminhou como uma questão dada, pois se trata de aposentadoria, o que representa uma oportunidade de colocar sangue novo. A proposta do Diretor é que a responsável pelo SIM de Lages - Andressa Steffen, assuma a coordenação do Programa. A mesma possui mestrado na área de inspeção e atua como responsável por um estabelecimento de SIF, e assim, já se relaciona com o Ministério da Agricultura. Não é necessário perante os prefeitos justificar todo o trabalho realizado pela Lúcia na construção do SIM. Inclusive, o primeiro serviço de inspeção criado em 1994 na cidade de Lages foi feito por ela e, depois com a criação do SIM em todos os municípios, a sua regulamentação e a construção do Programa Desenvolver Serra Catarinense e na contratação e assessoria aos técnicos dos municípios. Destaca o Diretor que

encaminhou a questão de forma pragmática, talvez de forma insensível, mas no seu jeito de ser e de encaminhar a questão. Que se foi mal conduzida, a assembleia pode definir por outro encaminhamento como o de aguardar o prazo de homologação no TCE e reintegrar a Médica Veterinária Lúcia na coordenação do programa. Para fazer a rescisão e obter os direitos, para dar encaminhamento a aposentadoria, a exoneração precisava ser feita de qualquer forma, então o fato de ter exonerado para dar encaminhamento ao processo de aposentadoria não impede qualquer novo encaminhamento. O Presidente do Cisama fez algumas considerações a partir da conversa realizada com a Lúcia, sobre toda a caminhada e reconheceu a importância do trabalho. Como administrador se trata de um encaminhamento normal de aposentadoria, e como sacerdote aconselhou a Lúcia a se dedicar a família, que fica esquecida em função do trabalho. Terminou afirmando que em determinado momento vamos olhar para trás e vamos sentir vergonha de nossos atos ou orgulho do resultado. Passou a palavra para a Médica Veterinária Lúcia que iniciou colocando que as coisas acontecem de uma hora para outra e, talvez não estejamos preparados para falar e pensar. O que aconteceu é que deu entrada com pedido de revisão do tempo de contribuição ao INSS porque estava em discussão uma lei que ampliaria o tempo de contribuição em cinco anos. Para surpresa o processo de aposentadoria se deu de forma muito rápida e não tinha o entendimento da burocracia de homologação do processo no CISAMA. Não deseja parar de trabalhar, pretende continuar a atuar de alguma forma em inspeção e aproveitou a oportunidade para se colocar à disposição dos prefeitos. Destacou o fato de gostar de atuar na inspeção a qual dedicou sua vida profissional e acadêmica com dois mestrados na área. Relatou o prazer no desenvolvimento do trabalho junto aos municípios e agradeceu aos prefeitos pela acolhida e que na sequência encaminhará comunicado aos técnicos da decisão. O Presidente agradeceu e colocou como importantíssima a atuação da profissional no processo, na certeza que ajudará muito na caminhada através de consultoria técnica cuja possibilidade será analisada futuramente com os colegas prefeitos. Agradeceu de coração por todo período de trabalho e que os encaminhamentos serão tomados e a ajuda será bem-vinda. O prefeito Vânio perguntou porque ainda não saiu o SISBI do abatedouro de frango caipira. O Diretor destacou que uma das atividades importantes foi o intercâmbio realizado com o CONSAD em 2014, que depois dele, montamos a documentação com ajuda da Engenheira de Alimentos e protocolamos no MAPA em 26/11/2014. No último dia do mês de março tomamos ciência por telefone que o processo documental não estava aprovado. Reclamou da forma como o MAPA comunicou o indeferimento, depois de questionado, que não havíamos sido aprovados na auditoria documental. Faz-se necessário reencaminhar a documentação e novos estabelecimentos para auditoria, porque estabelecimentos construídos tijolo por tijolo com apoio do programa estão sendo cooptados pela CIDASC e saíram do programa. O Prefeito reiterou que o estabelecimento recebeu proposta para obtenção do SIE como aconteceu em dois dias a obtenção do SIE do estabelecimento de ovos de Correia Pinto. Há uma preocupação que logo mais os estabelecimentos vão nos abandonar e não teremos estabelecimentos para submeter a auditoria do MAPA. À Agroindústria Cajuru também foi ofertado o SIE e desta forma minando nosso processo. Segundo o Diretor, o SIM de Lages pode nos dar este e mais um estabelecimento para auditoria e adesão ao SISBI. Solicitou aos prefeitos que, em estando de acordo com o encaminhamento por ele tomado, autorizem a nomeação da Médica Veterinária Andressa Steffen Barbosa como coordenadora do programa. O Presidente do CISAMA solicitou informações sobre o currículo da profissional o que foi repassado pelo Diretor. A Vice-Prefeita Márcia de Bom Retiro perguntou sobre o tempo de dedicação da profissional e se a mesma se desligaria da Prefeitura Municipal de Lages. O Diretor explicou que ela se desligará da prefeitura, podendo continuar responsável pelo SIM de Lages através do Consórcio. A vice-prefeita de Rio Rufino destacou os benefícios do programa para os municípios desde 1999, cujo trabalho acompanhou desde o início e pediu pela

definição de um nome para dar continuidade ao programa. Colocado em discussão, foi aprovado pelos presentes a nomeação e contratação da Médica Veterinária Andressa Steffen Barbosa como coordenadora do programa Desenvolver Serra Catarinense. Ato contínuo o Diretor colocou a demanda dos municípios participantes do projeto de turismo (Vacaria, Esmeralda, Pinhal da Serra e Bom Jesus) em participar do programa de agroindústria. O ingresso de novos municípios depende de assembleia específica e foi aprovada a realização de visita aos municípios do Rio Grande do Sul na perspectiva do consórcio se tornar interestadual e não ter mais relação com a Instância Intermediária do SISBI. Dando prosseguimento à ordem do dia, foi apresentada a minuta do projeto de lei que institui a política municipal de resíduos sólidos e a minuta do projeto de lei para adesão dos Municípios ao Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS. Destacou que encerra em 2015 o prazo para que os municípios brasileiros aprovelem seus planos municipais de resíduos sólidos ou, como no caso da serra catarinense, de seu plano intermunicipal. Solicitou que o projeto de lei tenha origem no executivo municipal, pedindo que os prefeitos e vice-prefeitos consultem e deem o encaminhamento juntamente com o procurador(a) do seu município. Explicou que os procuradores estão ao par do assunto e contribuíram na elaboração das minutas que foram pauta em duas reuniões do Fórum de Procuradores da Amures. O Presidente do CISAMA solicitou que os documentos sejam enviados por meio digital para os procuradores e a Dra. Zenalda Vanin esclareceu que seguirá o anexo citado na minuta da política municipal de resíduos sólidos separadamente, pois trata do estabelecimento das sanções e penalidades. Na sequência o Diretor leu o ofício n. 33/15 do Departamento de Engenharia Ambiental do CAV/UDESC, cujo Chefe de Departamento, professor Valter Antônio Becegato solicita a transferência em definitivo do veículo modelo Voyage, placas MGL 0814 de propriedade do CISAMA para a UDESC/CAV. Explanou o Diretor que, quando da contratação da universidade para elaboração do Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PIGIRS, a mesma solicitou um veículo para o deslocamento aos 17 municípios. A demanda da UDESC justificou que o CISAMA buscasse junto a Energética Barra Grande – BAESA os recursos necessários para aquisição de um veículo. Através de licitação foi adquirido o referido bem e repassado à UDESC através de Termo de Cessão de Uso. Destacou que para além da elaboração do plano, a universidade está auxiliando na elaboração dos projetos para busca dos recursos necessários à implantação das ações previstas. Que recentemente foi elaborado um projeto de educação ambiental para os 17 municípios no tema dos resíduos sólidos e que as áreas onde serão implantadas as centrais de gerenciamento de resíduos e os aterros sanitários de pequeno porte, serão visitadas para levantamento do uso e capacidade do solo (sondagem) e licenciamento ambiental. Colocado em discussão, a assessoria jurídica destacou que no Contrato de Consórcio Público não está prevista a possibilidade de doação de bens móveis, sendo definido que esta questão seja objeto da próxima alteração do instrumento. Os presentes foram unânimes na proposta de renovação do termo de cessão de uso enquanto perdurar a relação de cooperação da UDESC e do CISAMA no que se refere ao objeto do programa que justificou a cessão do bem. Sobre a situação dos projetos para captação de recursos para ações do Plano, a Engenheira Sanitarista do CISAMA destacou a prioridade do CISAMA na elaboração dos projetos das cinco centrais regionais de gerenciamento de resíduos sólidos. A planta do barracão foi elaborada e os equipamentos para a central de triagem de até 20 toneladas/dia já foram orçados. O projeto está sendo elaborado segundo o “Manual de Orientações Técnicas para Elaboração de Propostas para o Programa de Resíduos Sólidos da FUNASA”. Segundo o Diretor o CISAMA está trabalhando na perspectiva do lançamento de editais para apoio à projetos de Resíduos Sólidos por parte da FUNASA e do Ministério das Cidades. A Engenheira Katinara Goedert destacou ainda o apoio do CISAMA na elaboração do projeto da central de triagem de Bocaina do Sul, cuja Prefeitura através de seus técnicos da área de projetos submeteu uma

proposta para o Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Ministério Público. Segundo o diretor do projeto de Bocaina do Sul passa a ser referência para os demais municípios consorciados e, motivou os prefeitos a buscarem recursos para implementação das centrais nos seus municípios. No quarto item de pauta, sobre a situação do Projeto de Infraestrutura Turística na Orla de Barra Grande, Selênio destacou os itens da cláusula suspensiva e os encaminhamentos a serem tomados. Primeiro, referente aos custos de elaboração dos projetos executivos das obras de infraestrutura que estão previstos no contrato com a CEF mas não podem ser acessados em função da cláusula suspensiva. A alternativa sugerida pelo CISAMA e viabilizada pela ADREL, foi a busca dos recursos da ordem de R\$ 29.598,52 junto a Secretaria de Estado de Turismo cujo despacho favorável através do ofício 1096/15/SEITEC/SOL do Secretário Felipe Mello foi lido. Outro ofício de número 1105/15/SEITEC/SOL informa a solicitação da liberação dos recursos junto ao Secretário de Estado da Fazenda. Foi definido pelos presentes a realização de audiência com o Deputado Gabriel Ribeiro para a incidência política junto à Secretaria da Fazenda para a liberação do recurso. Uma vez liberados, o CISAMA poderá contratar os projetos, segundo Termo de Referência já elaborado, com dispensa de licitação, o que agilizará o processo junto à CEF. Segundo, sobre a posse pública das áreas onde serão implantadas as estruturas previstas no projeto, informou que na reunião realizada em fevereiro pela ADREL com os municípios participantes do projeto, definiu-se que cada município com a orientação da ADREL e apoio do setor de geoprocessamento da AMURES, elaborariam os mapas com identificação das áreas. Até a presente data, somente os municípios de Campo Belo do Sul e Cerro Negro definiram suas áreas. O Prefeito de Campo Belo relatou que fez inclusive o melhoramento das estradas até próximo do local e visando dar prosseguimento protocolou a solicitação das referidas áreas junto à Energética Barra Grande. Foi definido que o município de Cerro Negro também protocole seu pedido junto à BAESA e que todos os demais municípios participantes sejam visitados pela ADREL e pelo CISAMA para dar encaminhamento as respectivas solicitações. Uma vez obtido o Termo de Permissão de Uso Gratuito pela BAESA, entende-se que a cláusula referente a posse pública será levantada. A terceira cláusula suspensiva diz respeito ao licenciamento ambiental, sendo que o Plano de Conservação Ambiental e Usos da Água e do Entorno do Reservatório – PCAU, prevê a implantação de infraestrutura turística, sendo necessária apenas a concordância do IBAMA. Finalmente, sobre o encaminhamento do projeto ao FUNTURISMO autorizado na assembleia passada, o Diretor Executivo da ADREL, César Lavoura informou por telefone que a proposta foi aprovada. Destacou que todos os projetos contratados pelo CISAMA e desenvolvidos pela Agência de Desenvolvimento da Região dos Lagos – ADREL fazem parte da concepção do “Parque dos Lagos” e, que a relação entre o CISAMA e a ADREL precisa ser institucionalizada através de Convênio ou Termo de Cooperação. No próximo item da pauta foi apresentada a situação da regularização das cascalheiras, conforme quadro resumo entregue aos prefeitos. O impasse ainda continua, sem a aprovação do PL 77 de março de 2015 pela Assembleia Legislativa. O PL deu entrada no dia 08/09 na Comissão de Finanças e Tributação. O Diretor informou que os municípios participantes do programa de cascalheiras estão aguardando a aprovação do PL e a pretendida isenção das taxas de licenciamento ambiental para dar prosseguimento aos processos de regularização. Sobre o contrato de prestação de serviços de engenharia de minas, o Diretor informou o seu encerramento no mês de agosto de 2015 e que o serviço poderá ter continuidade somente com recursos do orçamento de 2016, dependendo da aprovação dos Prefeitos. No sexto item da pauta, sobre Assistência Social: atuação do CISAMA em serviço sócio assistencial de alta complexidade nos demais municípios consorciados, o Assistente Social Lauro Francisco dos Santos fez um panorama nacional e estadual e apresentou o levantamento da situação dos Abrigos Institucionais da Região Serrana. Os serviços que executam acolhimento institucional são extremamente necessários e, muitas vezes, percebidos como a única saída para

determinadas situações. Nesse sentido, área de Assistência Social vem dando suporte técnico para que os municípios possam atender a Resolução Conjunta Nº 01, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS e do CONANDA, que aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Relatou a situação do primeiro abrigo institucional que está implantando a gestão associada, com os municípios de Urubici e Rio Rufino e o CISAMA. Para tanto, foi elaborado com os técnicos dos municípios o Plano de Ação, a ser submetido ao Ministério Público até o dia 10 de outubro. Apresentou o projeto de adequação do espaço físico que deverá abrigar as crianças e adolescentes a partir de fevereiro de 2016. Na sequência destacou elementos da visita realizada ao abrigo institucional de Campo Belo do Sul a pedido do Prefeito por ocasião da última assembleia. O Diretor do CISAMA avaliou que a assessoria da área de assistência social do consórcio irá para além da gestão dos abrigos, que independente de ser associada ou não, carece de planejamento e integração a rede sócio assistencial. Lauro colocou que o objetivo nosso é adequar os Abrigos Institucionais dentro do que assegura a legislação Federal. A pedido do Prefeito de Otacílio Costa, foi antecipada na pauta, a discussão do orçamento anual do CISAMA para 2016 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária. A Contadora do CISAMA Valkyrie Vieira Fabre apresentou a proposta de orçamento anual do CISAMA para 2016 e diretrizes para elaboração da resolução orçamentária. Destacou as principais mudanças em relação ao orçamento de 2015 para que os prefeitos discutissem ponto a ponto e definissem pelas alterações e incorporação ou não das propostas ao orçamento. Após alguns esclarecimentos e discussão dos prefeitos ficou assim deliberado: Aprovado o reajuste salarial dos funcionários com base no Art. 37, inciso X, da CRFB que prevê a obrigação de revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices, no caso o INPC acumulado nos últimos doze meses, sendo votado e aprovado por unanimidade o reajuste salarial de 9,88% com vigência a partir de 01 e janeiro de 2016. O Prefeito Amarelido Gaio destacou que é uma incerteza o índice de correção e se haverá correção do Fundo de Participação dos Municípios, sendo legítimo o reajuste mas dependente da situação financeira dos municípios. Aprovação da ampliação do serviço sócio assistencial de alta complexidade para os demais municípios consorciados e manutenção da coordenação do programa com custo anual de R\$ 39.558,99 (trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos) que foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes. Manutenção do serviço de engenharia para regularização de cascalheiras (Meio Ambiente) no orçamento 2016, que será utilizado mediante nova licitação, dentro dos limites da Lei 8.666/93, no valor de R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais) que foi votado e aprovado por unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foi apresentada a proposta orçamentária do CISAMA para 2016, sendo votado e aprovado por unanimidade o Orçamento Geral do CISAMA para 2016 no valor de R\$ 638.024,43 (seiscentos e trinta e oito mil, vinte e quatro reais e quarenta e três centavos), sendo 637.998,43 de recurso de rateio e os demais valores provenientes de fixação de despesas para o FUNSERRA e demais projetos ainda sem contrato assinado pelo CISAMA, conforme planilhas apresentadas, provenientes de recursos a serem rateados entre os 18 municípios consorciados. Ficou aprovado por unanimidade novo critério de rateio entre os municípios, com fator 1 para municípios com até 50.000 habitantes, fator 1,5 para municípios com população entre 50.000 e 100.000 habitantes e fator 2 para municípios com população superior a 100.000 habitantes. Assim, os municípios menores se comprometem a incluir em sua Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 33.578,86 (trinta e três mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos) e, o Município de Lages, o valor de R\$ 67.157,73 (sessenta e sete mil cento e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos) para suportar as despesas com o CISAMA, a serem repassadas via modalidade de despesa 71 - Transferências a Consórcios Públicos Mediante Contrato de Rateio. Além do valor aprovado, ficou definido que R\$ 83.160,00 (oitenta e três mil cento

e sessenta reais) serão provenientes de recursos a serem rateados entre os municípios de Urubici e Rio Rufino para manutenção do Abrigo Institucional na proporção estabelecida pelo TAC. No sétimo item da ordem do dia foi comunicada a aprovação do projeto de infraestrutura para aquisição distribuidores de calcário para os 18 municípios. Os recursos na ordem de 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) serão provenientes do Ministério do Desenvolvimento Agrário – Pronat com contrapartida de 88.300,00 (oitenta e oito mil e trezentos reais) do CISAMA, a serem rateados igualmente entre os 18 municípios do consórcio. No item sobre o Termo de Cooperação com MP no Programa Saúde Fiscal: discussão e encaminhamentos. Foi passada a palavra à assessora jurídica da AMURES, que lembrou aos presentes o termo de cooperação técnica firmado pelos Municípios com o Ministério Público no ano de 2014. Explicou o disposto no referido Termo e que dentre os assuntos do Termo está a instituição de julgamento de recursos em segundo grau através de conselhos de tributos. Assim, para que cada Município não tenha que instituir um Conselho Próprio, referido Conselho poderá ser instituído no âmbito do CISAMA. Inobstante o CISAMA ter dispositivo em seu contrato de consórcio público que trata de área de atuação em desenvolvimento econômico, para o Ministério Público, mister a aprovação em todos os Municípios da instituição do julgamento através de Conselho Intermunicipal de Tributos. Diante disto, os prefeitos ratificaram a aprovação que já haviam feito no âmbito da AMURES, no sentido de instituir o conselho e realizar o julgamento dos recursos no CISAMA e, autorizaram a elaboração de proposta de alteração do contrato de consórcio público para adequação da questão suscitada. Nada mais havendo para tratar, encerrou-se a presente ata, por mim lavrada e assinada pelos presentes. Lages (SC), 29 de setembro de 2015.

Selênio Sartori Diretor Executivo do CISAMA, brasileiro, casado, RG: 1965.881-8 CPF 712.938.849-87 Av. Papa João XXIII, 1445 Lages/SC	Iraci Vieira de Souza Secretária Executiva, brasileira, Divorciada, RG: 2.827.016-9 CPF: 811.574.019-53 Rua: Teixeira de Freitas, 285 Lages/SC.
Neide Rodrigues da Silva Administradora do CISAMA RG: 1.47.227 CPF 021.223.189-88 Rua: João Cláudio Farinhas, 678 Lages/SC	Valkyrie Vieira Fabre Contadora do CISAMA RG: 2.896.383 CPF 015.975.299-07 Rua: Mariana Max, 90 Ibirama/SC
Márcia M. H. Fernandes Vice-Prefeita de Bom Retiro RG: 808.924 CPF 508.054.799-53 Avenida 24 de outubro , 715 Bom Retiro/SC	Katynara Goedert Engenheira Sanitarista do CISAMA RG: 4.274.786 CPF 051.815.949-30 Rua: Joaquim Nabuco,335 Lages/SC

Edilson José de Souza Prefeito de Campo Belo do Sul brasileiro, solteiro, RG: 1.823.208 CPF: 610.553.529-53 Rua Major Teodósio Furtado, 30 Campo Belo do Sul/SC	Amarildo Luiz Gaio Prefeito de Urupema, brasileiro, casado, RG: 3.259.233-6 CPF: 479.034.819-91 Av. Manoel Pereira de Medeiros, 155 Urupema/SC
Luiz Carlos Xavier Prefeito de Otacílio Costa, brasileiro, casado, RG: 3.445.802-6 CPF: 023.513.209-80 Av. Vidal Ramos Júnior, 228 Otacílio Costa/SC	Vânio Forster Prefeito de Correia Pinto brasileiro, casado, RG: 1.824.028 CPF:664.496.859-72 Avenida Duque de Caxias, 1569 Correia Pinto/SC
Sirlei Kley Varela Prefeita de Cerro Negro brasileira, viúva, RG 1.820.947-5 CPF: 540.875.209-78 Rua Orides Delfes Furtado, 739 Cerro Negro/SC	Sonia Cardoso Oselame Vice Prefeita de Rio Rufino Brasileira, casada CPF: 892.747.419-87 Rua João Oselame, 209 Rio Rufino/SC
Luiz Carlos Alves de Freitas Prefeito de Capão Alto brasileiro, casado, RG: 1.430.732-4 CPF: 436.492.979-49 Rua João Vieira de Oliveira, s/n Capão Alto/SC	Ivonir Fernandes da Silva Prefeito de Anita Garibaldi brasileiro, casado, RG: 882.986-1 CPF: 347.783.229-91 Praça Paulino Granzotto, 20 Anita Garibaldi/SC
José Valdori Hemkemaier Prefeito de Palmeira brasileiro, casado, RG: 515.5414-3 CPF: 464.164.559-00 Av. Roberto Henckmaier, 200 Palmeira/SC	Humberto Luiz Brighenti Prefeito de São Joaquim brasileiro, casado, RG: 254449 CPF: 207.450.010-68 Praça João Ribeiro, 01 São Joaquim/SC